

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002806-32.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**
Requerente: **Monalisa Elisabete da Silva**
Requerido: **Banco Ibi/bradescard S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora se volta contra sua inserção perante órgãos de proteção ao crédito realizada pelo réu sem que houvesse razão para tanto.

Volta-se ainda contra a falta de encaminhamento de boletos em tempo oportuno para saldar dívida a seu cargo.

O documento de fl. 27 atesta que a negativação debatida nos autos concerne a débito no importe de R\$ 61,88.

Por outro lado, é certo que as prestações devidas pela autora em face da ré eram no valor mensal de R\$ 27,95, mas como ela não recebeu o boleto vencido em janeiro/2018 em tempo foi expedido um novo abarcando as prestações de janeiro e fevereiro, com os acréscimos pertinentes.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Esse novo boleto está cristalizado a fl. 20, observando-se que tinha vencimento para 22/02/2018 e que o seu pagamento sucedeu no dia 19 de fevereiro (fl. 20, parte inferior).

O panorama traçado evidencia a ausência de respaldo à negativação promovida pelo réu.

Com efeito, nota-se que em momento algum ela atinou à prestação de R\$ 27,95, de sorte que fica afastada qualquer discussão em torno da mora da autora pelo não pagamento do boleto vencido em janeiro/2018.

A inclusão, ao contrário, baseou-se no boleto de fl. 20, mas como houve a adimplência da autora quanto ao mesmo antes até de seu vencimento a conclusão que se impõe é a da falta de amparo àquela medida.

Prospera em consequência a pretensão deduzida para que se declare a inexigibilidade do débito versado, tornando-se definitivo o seu cancelamento.

A postulação, porém, não vinga relativamente à indenização para reparação dos danos morais invocados pela autora.

Não obstante se reconheça que a indevida negativação renda ensejo a isso, o documento de fl. 27 leva a conclusão contrária.

Ele demonstra que a autora ostenta outras negativações além daquela mencionada nos autos perante órgãos de proteção ao crédito e não foram impugnadas, o que inviabiliza o recebimento da indenização em apreço consoante pacífica jurisprudência:

“Agravado Regimental no Recurso Especial. Inscrição em Cadastro de Proteção ao Crédito. Dano Moral não configurado. Devedor Contumaz. 1. Incabível o pagamento de indenização a título de dano moral quando já houver inscrição do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito. 2. Agravo desprovido.” (AgRg no REsp. 1046681/RS, rel. Min. **JOÃO OTÁVIO NORONHA**, 4ª Turma, j. 09/12/2008).

“Consumidor. Inscrição em Cadastro de Inadimplentes. Dano moral inexistente se o devedor já tem outras anotações regulares, como mau pagador. 1. Quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais de uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito; dano moral haverá se comprovado que as anotações anteriores foram realizadas sem prévia notificação do interessado. 2. Recurso especial não conhecido.” (REsp 1002985/RS, rel. Min. **ARI PARGENDLER**, 2ª Turma, j. 27/08/2008).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

A Súmula nº 385 do Colendo Superior Tribunal de Justiça cristalizou esse entendimento ao dispor que *“da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”*.

Nem se diga que as demais negativas seriam anteriores à presente e já teriam sido excluídas.

Preservado o respeito tributado aos que perfilham entendimento diverso, reputo que o objetivo da reparação em situações como a dos autos é proteger a pessoa que nunca ostentou pendências financeiras diante de órgãos de proteção ao crédito ou que pelo menos tenha apresentado algo episódico nesse sentido, que não comprometeu o seu conceito de regularmente cumprir suas obrigações.

Bem por isso, se – como na hipótese vertente – a pessoa registra diversas questões dessa natureza não poderá invocar o benefício em pauta porque aquele bom conceito já estará irremediavelmente abalado.

Não se acolhe, em consequência, o pleito no particular.

O segundo pedido da autora impõe obrigação de fazer à ré consistente em encaminhar-lhe os boletos pela dívida tratada nos autos com pelo menos dez dias de antecedência.

Assiste-lhe razão, tendo em vista que a providência é de todo razoável, de um lado, enquanto de outro os argumentos ofertados pelo réu não o favorecem.

Na verdade, tentar transferir aos Correios a responsabilidade pelo atraso na entrega dos boletos é inadmissível porque se o réu se vale desses serviços quando adequadamente prestados não poderá eximir-se quando tal não se dá.

Ele, ademais, não produziu prova consistente de que disponibilizasse outras alternativas para a autora cumprir a sua obrigação (as alegações quanto ao tema não foram prestigiadas por elementos idôneos) e muito menos que a autora fosse obrigada a lançar mão delas.

Portanto, subsistirá o dever do réu em viabilizar o pagamento oportuno por parte da autora.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para (1) declarar a inexigibilidade do débito tratado nos autos e (2) condenar o réu a diligenciar a entrega à autora dos boletos para o pagamento dos débitos a seu cargo com pelo menos dez dias de antecedência dos respectivos vencimentos.

Torno definitiva a decisão de fls. 21/22, item 1.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Transitada em julgado, intime-se o réu pessoalmente para cumprimento da obrigação de fazer imposta no item 2 supra (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 08 de maio de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**